



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

### ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NO DIA 11 E 12 DE MARÇO DE 2021.

1 Nos dias onze e doze de março de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi  
2 realizada a 16ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH.  
3 Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Dia 11: Ailton Benedito de Souza  
4 (PGR); Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá (APIB); Darci Frigo (DHESCA  
5 BRASIL); Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR); Eduardo Miranda Freire de Melo  
6 (SNPG/MMFDH); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM);  
7 Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Flávia Moreira Guimarães Pessoa (CNJ); Getúlio Vargas de  
8 Moura Júnior (CONAM); Herbert Borges Paes de Barros (SNPG/MMFDH); Hugo Medeiros Gallo  
9 da Silva (MJSP); Joselito de Araújo Sousa (PF); Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Lucileine da  
10 Silva Souza (ENEGRECER); Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPG); Maria Ribeiro da  
11 Conceição (ANCED); Matheus Moreira e Silva de Aracoeli (MRE); Mônica de Alkmim Moreira  
12 Nunes (MNDH Brasil); Natália Camba Martins (MJSP); Paulo Tavares Mariante (ABGLT);  
13 Rogério Giannini (CFP); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL  
14 BRASIL); Yuri Michael Pereira Costa (DPU). Dia 12: Ailton Benedito de Souza (PGR); Antônio  
15 Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá (APIB); Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Eduardo de  
16 Carvalho Mota (MNMMR); Eduardo Miranda Freire de Melo (SNPG/MMFDH); Elisabeth Villela  
17 Costa (FNDC); Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM); Everaldo Bezerra Patriota (OAB);  
18 Senador Fabiano Contarato (Senado Oposição); Gabriel Saad Travassos do Carmo (DPU); Getúlio  
19 Vargas de Moura Júnior (CONAM); Herbert Borges Paes de Barros (SNPG/MMFDH); Hugo

20 Medeiros Gallo da Silva (MJSP); Joselito de Araújo Sousa (PF); Leandro Gaspar Scalabrin  
21 (ANAB); Lucileine da Silva Souza (ENEGRECER); Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPQ);  
22 Mairla da Silva Feitosa (MNPR); Matheus Moreira e Silva de Aracoeli (MRE); Mônica de Alkmim  
23 Moreira Nunes (MNDH Brasil); Natália Camba Martins (MJSP); Paulo Tavares Mariante  
24 (ABGLT); Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard (MRE); Rogério Giannini (CFP); Sandra Maria da  
25 Silva Andrade (CONAQ); Virgínia Dirami Berriel (CUT); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL  
26 BRASIL); Yuri Michael Pereira Costa (DPU).

27

28 **Dia 11/03/2021: 9h30 – Abertura do 1º dia de Reunião Extraordinária do CNDH – Presidente**  
29 **Yuri Costa.** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa iniciou o primeiro dia dando as boas-vindas  
30 aos conselheiros, aos convidados e todos que estão acompanhando a reunião pelo *Youtube*. Realizou  
31 uma homenagem especial às mulheres que compõem o CNDH por estarem em uma semana muito  
32 relevante na luta e na defesa da igualdade e do respeito às mulheres. Realizou também uma  
33 homenagem às famílias das vítimas mortas pela Covid-19 no Brasil, registrando que o Conselho  
34 possui pautas estratégicas ligadas ao combate da pandemia. Solicitou que fosse realizado um  
35 minuto de silêncio como sugerido e aprovado pelo pleno. Iniciando o **Item: Informes e**  
36 **orientações gerais - Presidente Yuri Costa**, informou que o CNDH adquiriu o seu CNPJ, sendo  
37 que estão avançando nas implicações que essa aquisição trouxe. Discorreu que estão em contato  
38 com o MMFDH que entendeu que existe a necessidade de realizar uma consulta jurídica sobre o  
39 assunto. Notificou sobre a nova padronização do fluxo de denúncias, explicando que a entidade será  
40 notificada através de uma mensagem padrão sucinta, assim que os documentos encaminhados forem  
41 expedidos. Relatou que receberam um ofício do CNJ sobre a recomendação do MMFDH de  
42 integração do CNDH ao Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário, em que afirmou  
43 que o Conselho será integrado a esse observatório. Discorreu que o PNUD solicitou uma reunião  
44 com o CNDH para tratar sobre PRODOCS, que será realizada no dia 16 de março, às 11h,  
45 convidando todos os conselheiros a participarem. O Vice-Presidente Darci Frigo informou que os  
46 trabalhos do Grupo de Trabalho da ADPF Quilombola foram iniciados e o Presidente Yuri Michael  
47 Pereira Costa lembrou que esse item está na pauta. A Conselheira Vivian Oliveira Mendes solicitou  
48 mais esclarecimentos sobre a nova padronização do fluxo de denúncias e o Presidente Yuri Michael  
49 Pereira Costa explicou que, após a apreciação das comissões e subcomissões das denúncias  
50 encaminhadas, será encaminhada uma cópia dos ofícios expedidos às autoridades para as entidades,

51 a fim de que tenham conhecimento da ação realizada pelo Conselho caso sejam adotadas as  
52 medidas sugeridas. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota informou que o Conselho Federal da  
53 OAB assinou o documento manifestando a não adesão ao projeto da ONU pelo reconhecimento do  
54 direito ao meio ambiente. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos comunicou que a  
55 Frente Popular de Mulheres Contra o Femicídio lançará uma Campanha Nacional Contra o  
56 Femicídio no Brasil no dia 25 de março. Seguindo ao **Item: Informe de Atividades Conjuntas**  
57 **entre o CNDH e a União Europeia - Tratativas com a Chefe da Seção para Assuntos Políticas,**  
58 **Econômicos e de Informação da Delegação da União Europeia (UE) no Brasil, Domenica**  
59 **Brumma – Presidente Yuri Costa**, O Presidente Yuri Michael Pereira Costa relatou sobre a  
60 atuação conjunta entre o CNDH e a União Europeia, destacando a realização de reunião no dia 26  
61 de fevereiro com a Sra. Domenica Brumma, Chefe da Seção para Assuntos Políticas, Econômicos e  
62 de Informações da Delegação da União Europeia no Brasil, em que foi acordado que a pauta e o  
63 convite para as reuniões do pleno serão sempre encaminhados a Delegação da União Europeia e a  
64 realização de uma discussão no dia 25 de março, às 14h, para que essa Delegação possa entender  
65 melhor quais são as prioridades do CNDH para o próximo biênio. A Sra. Domenica Brumma  
66 agradeceu o convite e afirmou que o CNDH é uma entidade fundamental e um parceiro crucial para  
67 a União Europeia no âmbito dos direitos humanos no Brasil, especialmente, nesse momento de  
68 pandemia. Realizou os agradecimentos aos que contribuíram para o fortalecimento da parceria e  
69 explanou sobre as atividades conjuntas já realizadas, colocando-se a disposição para contribuir com  
70 os trabalhos do Conselho. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa reforçou o agradecimento do  
71 CNDH pelo reforço da parceria, abrindo a palavra aos conselheiros. O Vice-Presidente Darci Frigo  
72 saudou a Sra. Domenica Brumma e solicitou que o processo de diálogo com a União Europeia fosse  
73 formalizado para que reverbere no reconhecimento do Conselho como instituição nacional dos  
74 direitos humanos. Passando ao **Item: Atuação do CNDH com relação à Portaria MMFDH n.**  
75 **457, de 10 de fevereiro de 2021, que Institui Grupo de Trabalho para realização de Análise Ex**  
76 **Ante da Política Nacional de Direitos Humanos. Processo SEI nº 00135.203136/2021-87 -**  
77 **Conselheira Mônica Alkmim e Conselheiro Everaldo Patriota – Convidada Secretária**  
78 **Mariana Neris (SNPG/MMFDH)**, a Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes explicou que  
79 o papel da Comissão Especial de Participação Social é dá continuidade ao debate referente à  
80 Portaria MMFDH nº 457, destacando que a participação social é a base para o fortalecimento da  
81 democracia participativa. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota questionou sobre a presença da

82 Secretária Nacional de Proteção Global do MMFDH, Sra. Mariana de Sousa Machado Neris, sendo  
83 esclarecido pelo Conselheiro Eduardo Miranda Freire de Melo que a Secretária Nacional está com  
84 suspeita de Covid-19 e que, como Secretário-Adjunto, estará à disposição para fazer os  
85 esclarecimentos necessário. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota explanou que a participação  
86 social não é uma faculdade ou uma posição de governo, mas um imperativo do pacto aprovado em  
87 1988 com a Constituição Federal. Discorreu que a Portaria MMFDH nº 457 já está sub judice,  
88 afirmando que a Comissão Permanente de Litigância Estratégica está sugerindo que o Conselho  
89 solicite ao STF a sua admissão como *amicus curiae* (amigo da corte) na ADPF 759. O Presidente  
90 Yuri Michael Pereira Costa observou que a publicação da resolução que institui a Comissão  
91 Especial de Participação Social ainda está pendente e o texto ainda precisa ser aprovado pelo pleno,  
92 sugerindo que fossem realizados os demais esclarecimentos. A Conselheira Mônica de Alkmim  
93 Moreira Nunes manifestou que há problemas com essa sugestão, porém, ressaltou que a proposta de  
94 resolução trata diretamente do posicionamento com relação à participação social e à visão mais  
95 ampliada da democracia. O Conselheiro Eduardo Miranda Freire de Melo avaliou que há uma  
96 análise equivocada sobre a Portaria MMFDH nº 457, uma vez que criou um grupo de estudo para  
97 análise das políticas nacionais de direitos humanos através de uma metodologia própria de acordo  
98 com a legislação para apresentação de um relatório de informações, explanando que não haverá  
99 nenhuma deliberação. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros complementou relatando que o  
100 MMFDH reconhece a competência legal do CNDH de fiscalizar a política nacional, afirmando que  
101 essa questão será considerada no trabalho em momento oportuno. O Presidente Yuri Michael  
102 Pereira Costa explicou que a proposta é realizar uma intervenção do CNDH na ADPF nº 635 do  
103 Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que avalia eventuais lesões a princípios constitucionais e  
104 dentre outros elementos pela Portaria MMFDH nº 457, de 10 de fevereiro de 2021. Feitos todos os  
105 esclarecimentos necessários, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de  
106 votação a proposta de ingresso do CNDH como amigo da corte da ADPF da Portaria MMFDH nº  
107 457, de 10 de fevereiro de 2021, que foi aprovada por maioria, com a seguinte declaração de votos  
108 favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, CNJ, MNDH BRASIL, APIB, PF, UBM, CUT,  
109 FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CONAQ, DPU; e os seguintes votos contrários: MMFDH,  
110 MJSP e MRE. Foi registrada a abstenção: PGR. Observou que a Comissão Permanente de  
111 Litigância Estratégica deverá adotar as providências para o ingresso formal do CNDH na DPF nº  
112 635. Seguindo ao **Item: Aprovação das atas da 12ª e 13ª Reuniões Extraordinárias, e ata do**

113 **Encontro Nacional para a Eleição do CNDH, biênio 2020-2022 - Presidente Yuri Costa**, o  
114 Presidente Yuri Michael Pereira Costa assinalou que as atas foram previamente disponibilizadas aos  
115 conselheiros com antecedência para leitura, consultando se haveria algum destaque e não havendo,  
116 colocou em processo de votação em bloco a aprovação das Atas da 12ª e 13ª Reuniões  
117 Extraordinárias, e Ata do Encontro Nacional para a Eleição do CNDH, biênio 2020-2022, as quais  
118 foram aprovadas por unanimidade, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH  
119 BRASIL, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CNJ, CONAQ, PF, DPU,  
120 MMFDH, MRE, MJSP, PGR. Prosseguindo ao **Item: Informe das atividades da 1ª Reunião da**  
121 **Comissão Especial para Atualização do Regimento Interno. Concessão de prazo a**  
122 **conselheiras e conselheiros para, até o dia 20 de março de 2021, via e-mail institucional**  
123 **cndh@mdh.gov.br; enviarem à Comissão sugestões de alteração no Regimento Interno,**  
124 **acompanhadas de justificativa – Presidente Yuri Costa**, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
125 relatou que a 1ª Reunião da Comissão Especial para Revisão do Regimento Interno foi realizada no  
126 dia 4 de março, na qual não tiveram muitos avanços devido à participação do Conselheiro Joselito  
127 de Araújo Sousa na missão a Assis Brasil/AC. Informou que a próxima reunião será realizada no  
128 dia 24 de março, reforçando a necessidade de todos os conselheiros apresentarem as suas  
129 contribuições pelo e-mail institucional do CNDH até o dia 20 de março, apontando os pontos  
130 específicos e as justificativas. A Sra. Silvia Mekler, Coordenadora da Secretaria Executiva do  
131 CNDH, solicitou aos conselheiros que os e-mails sejam enviados com o mesmo assunto  
132 “Atualização do Regimento Interno”, tendo em vista o grande número de e-mails recebidos.  
133 Passando ao **Item: Informe sobre Organização do fluxo de como o CNDH, por meio de sua**  
134 **Secretaria-Executiva, contribui com as Comissões/Subcomissões/GTs para a elaboração de**  
135 **documentos, sobretudo recomendações e resoluções, e em quais casos pode se demandar de**  
136 **conselheiro (a)s ou entidades/instituições auxílio na tarefa - presidente Yuri Costa**, o  
137 Presidente Yuri Michael Pereira Costa arrazoou que a Secretaria Executiva do CNDH possui um  
138 volume muito grande de trabalho e a Mesa Diretora sugeriu a colaboração de entidades do estado e  
139 da sociedade na elaboração de documentos com complexidade específica quando houver  
140 necessidade. O Vice-Presidente Darci Frigo registrou que o CNDH precisa ampliar o seu quadro de  
141 assessoria diante o número limitado da equipe da Secretaria Executiva e o grande número de  
142 reuniões realizadas, entendendo que é necessário ter um equilíbrio entre ações meio e as ações fins  
143 e, nesse sentido, é necessário rever o calendário de reuniões. O Presidente Yuri Michael Pereira

144 Costa manifestou que essa questão foi colocada na Mesa Diretora e na Presidência a partir de  
145 diferentes comissões, sugerindo colocar esse item como ponto de destaque no final da pauta se  
146 houver concordância. Seguindo ao **Item: Informe sobre a Política de Direitos das Vítimas de**  
147 **Crimes – Conselheiro Herbert Barros** e ao **Item: Informe sobre o Plano de Ação sobre**  
148 **Direitos Humanos e Empresas - Conselheiro Herbert Barros**, o Conselheiro Herbert Borges  
149 Paes de Barros apresentou um breve resgate do trabalho realizado referente à Política de Direitos  
150 das Vítimas de Crimes, destacando o trabalho em dois atos normativos, o primeiro focado  
151 inicialmente nas competências do Poder Executivo Federal para orientar os órgãos gestores do  
152 Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Sistema Único de  
153 Segurança Pública (SUSP) para estabelecimento de formas de coordenação e de referências para  
154 parcerias tendo como princípio a universalidade dos direitos humanos das vítimas; e o segundo  
155 focado na elaboração de uma proposta ao Congresso Nacional na perspectiva de tornar uma política  
156 de estado. Solicitou a colaboração dos conselheiros para indicarem instituições para ampliar o  
157 debate específico sobre o formato de atendimento às vítimas. Com relação ao Plano Nacional de  
158 Ação sobre Empresas e Direitos Humanos, agradeceu a participação da Conselheira Vivian Oliveira  
159 Mendes no primeiro fórum *online* realizado sobre a temática e manifestou que a sua equipe está  
160 realizando um diálogo muito próximo com os representantes do Alto Comissariado da ONU para  
161 Direitos Humanos no Brasil, buscando fazer um apanhado de documentos referenciais, realizar um  
162 diagnóstico por meio de avaliação de linha de base e apresentar um compromisso público do  
163 governo em relação à construção desse Plano Nacional. Acrescentou que, em paralelo a essas ações,  
164 há um debate sobre um Plano de Ação sobre Conduta Empresarial Responsável no âmbito do  
165 Ministério da Economia sob a perspectiva das diretrizes da OCDE feitas no Comitê de  
166 Investimentos. A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira informou que o CNPG tem  
167 trabalhado internamente com a questão relacionadas às vítimas de crimes e de violências  
168 institucionais, colocando-se a disposição para auxiliar no debate desse tema. O Presidente Yuri  
169 Michael Pereira Costa explicou que os convites de participação do CNDH devem ser provocados  
170 por *e-mail*, propondo que a solicitação do Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros obedecesse a  
171 esse processo, para que a Secretaria Executiva compartilhe e recepcione as manifestações de  
172 interesse. A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira compreendeu que o direito humano  
173 no contexto empresarial é tema que precisa avançar, a fim de que as empresas tenham propostas de  
174 integração de conteúdos relacionados aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana. O

175 Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros esclareceu que a sua demanda, informal, refere-se à  
176 identificação de serviços de atendimento às vítimas existentes no âmbito da sociedade civil para  
177 ampliação da discussão, mas compreendeu que seria oportuno enviar um convite para uma reunião  
178 aos conselheiros com interesse de participar. Elencou os debates colocados sobre os direitos  
179 humanos no contexto empresarial, que tratam do aperfeiçoamento da governança corporativa e  
180 envolve os processos de *compliance* com vistas à diminuição de violações, afirmando que o CNDH  
181 já possui acúmulo dessa discussão e será um ator extremamente relevante nessa construção.  
182 Passando ao **Item: Referendum de Notas Públicas do CNDH: (i) em lamento as mais de 200 mil**  
183 **mortes por Covid-19 no Brasil; (ii) que manifesta preocupação com a criação de Grupo de**  
184 **Trabalho sem Participação Social para analisar o PNDH-3; e (iii) que repudia manifestação**  
185 **de representante do Ministério Público do Pará contra movimentos sociais e que questiona**  
186 **evento alusivo ao dia 8 de março – Presidente Yuri Costa, o Presidente Yuri Michael Pereira**  
187 Costa questionou sobre a possibilidade de votação em bloco e havendo consenso de que as notas  
188 seriam votadas separadamente, consultou os conselheiros sobre a possibilidade de votação em bloco,  
189 assumindo o compromisso de realizar a votação nominal da Nota Pública que manifesta  
190 preocupação com a criação de Grupo de Trabalho sem Participação Social para analisar o PNDH-3  
191 em respeito à manifestação do MMFDH e de outros órgãos que votaram contrários a intervenção.  
192 Sem objeções, colocou em apreciação a Nota Pública em lamento as mais de 200 mil mortes por  
193 Covid-19 no Brasil, que foi aprovada por unanimidade, estando presente: OAB, CNPG, UNISOL  
194 BRASIL, MNDH BRASIL, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CNJ,  
195 CONAQ, PF, DPU, MMFDH, MRE, MJSP. Foi registrada a ausência da PGR. Seguindo, colocou  
196 em apreciação a Nota Pública que manifesta preocupação com a criação de Grupo de Trabalho sem  
197 Participação Social para analisar o PNDH-3, que foi aprovada por maioria, com a seguinte  
198 declaração de votos favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, CNJ, MNDH BRASIL, APIB,  
199 PF, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CONAQ, DPU; e os seguintes votos  
200 contrários: MMFDH, MRE, MJSP. Foi registrada a ausência da PGR. Em seguida, salientou os  
201 principais pontos da Nota em Repúdio à manifestação de Representante do Ministério Público do  
202 Pará contra Movimentos Sociais e em solidariedade às Mulheres Brasileiras, em especial às  
203 Mulheres Negras, pelas comemorações do Dia Internacional das Mulheres. A Conselheira Eneida  
204 Canêdo Guimarães dos Santos compreendeu que seria importante explicitar que a nota trata do  
205 repúdio à conduta antidemocrática de Representante do Ministério Público do Pará e da

206 solidariedade às mulheres brasileiras pelo Dia Internacional de Luta das Mulheres. O Presidente  
207 Yuri Michael Pereira Costa agradeceu pela contribuição e colocou a referida nota em apreciação,  
208 que foi aprovada por maioria, com a seguinte declaração de votos favoráveis: OAB, CNPG,  
209 UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL,  
210 CNJ, CONAQ, PF, DPU, MRE, MJSP; e os seguintes votos contrários: MMFDH, MRE, MJSP. Foi  
211 registrada a ausência da PGR. Prosseguindo ao **Item: Referendo da indicação do Presidente e**  
212 **Vice-Presidente, Yuri Costa e Darci Frigo, na condição de representantes do CNDH, para**  
213 **compor Grupo de Trabalho constituído a partir de medida cautelar deferida pelo STF na**  
214 **ADPF nº 742, que tem por finalidade debater, aprovar e monitorar a execução de Plano**  
215 **Nacional de Combate aos Efeitos da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas**  
216 **Processo SEI nº 90790.001104/2020-27 – Presidente Yuri Costa, o Vice-Presidente Darci Frigo**  
217 informou que o Grupo de Trabalho iniciou os seus trabalhos no dia 10 de fevereiro, em  
218 conformidade com a solicitação do STF que determinou que o governo federal elaborasse um plano.  
219 Registrou a presença da Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade na reunião e explanou que  
220 ainda estão tentando elaborar um cronograma, lamentando a necessidade de manifestação do  
221 judiciário para efetivação das medidas necessárias. Ponderou que existem várias questões que  
222 precisam ser ajustadas no funcionamento do Grupo de Trabalho e no plano que será implementado  
223 pelo Poder Executivo. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade afirmou que sentiu resistência  
224 por parte dos órgãos em acatar a decisão do movimento, todavia, salientou que possuem a  
225 consciência que conseguirão apresentar um plano para combater as mortes por Covid-19 nos  
226 quilombos. Destacou que a falta de água nos quilombos é um gargalo muito difícil para que as  
227 comunidades possam se resguardar durante essa pandemia. Finalizadas as manifestações, o  
228 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação o referendo pelo Pleno de  
229 indicação do Presidente e Vice-Presidente, Yuri Costa e Darci Frigo, na condição de representantes  
230 do CNDH, para compor Grupo de Trabalho constituído a partir de medida cautelar deferida pelo  
231 STF na ADPF n.º 742, que tem por finalidade debater, aprovar e monitorar a execução de Plano  
232 Nacional de Combate aos Efeitos da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas, que foi  
233 aprovado por unanimidade pelos presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL,  
234 APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CNJ, CONAQ, PF, DPU, MMFDH, MRE,  
235 MJSP, PGR. Passando ao **Item: Decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que recomenda**  
236 **às magistradas e aos magistrados do Brasil a observância das diretrizes da Resolução nº**



237 **10/2018 do CNDH, nos casos de decisão judicial que preveja despejos coletivos. Proposta de**  
238 **articulação institucional do CNDH (força-tarefa) com Judiciário, Ministério Público,**  
239 **Defensoria Pública, OAB, Comissões de Mediação, Conselhos Estaduais de Direitos humanos**  
240 **e sociedade civil, para conhecimento e sensibilização sobre a Resolução CNDH Processo nº**  
241 **00135.203605/2021-68 – Conselheiro Leandro Scalabrin, o Presidente Yuri Michael Pereira**  
242 **Costa apresentou uma breve contextualização do tema, passando a palavra ao conselheiro. O**  
243 **Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin salientou que essa decisão tem o propósito de salvar vidas**  
244 **durante a pandemia da Covid-19, que matou mais de 270 mil pessoas no Brasil. Informou que 30%**  
245 **da população brasileira está enfrentando a pandemia sem condições mínimas de moradia,**  
246 **ponderando que mais de nove mil famílias foram despejadas durante a pandemia e outras 64 mil**  
247 **possuem ordem de despejo. Relatou que o CNJ aprovou a Resolução nº 90, que recomenda aos**  
248 **órgãos do Poder Judiciário que avaliem, durante a pandemia, com especial cautela, processos cujo**  
249 **objeto seja a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais e que toda e qualquer situação de**  
250 **despejo, siga a Resolução nº 10 do CNDH. Registrou o trabalho realizado pela equipe do CNDH e**  
251 **destacou que a Resolução nº 90 foi ao plenário pela iniciativa da CNBB aprovada no Observatório**  
252 **dos Direitos Humanos do Poder Judiciário. Sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho ou a**  
253 **realização de um reunião com as entidades da sociedade civil (ABJD, Juízes para Democracia,**  
254 **Coletivo Transforma MP, OAB, RENAP, Coletivo JusDH) que participaram do processo eleitoral**  
255 **para levar as suas propostas ao Observatório dos Direitos Humanos do CNJ. Relatou que possui**  
256 **duas propostas de encaminhamento, a primeira é realizar um esforço coletivo, com pedido especial**  
257 **ao Conselheiro Ailton Benedito de Souza, à Conselheira Flávia Moreira Guimarães Pessoa e aos**  
258 **Representantes do MMFDH, do MRE e do MJSP, para criação de um grupo para realização de**  
259 **audiências com os presidentes de tribunais de justiça e dos tribunais federais, com a participação**  
260 **dos conselheiros do CNDH, para divulgar e sensibilizar para o conteúdo da Resolução nº 90. A**  
261 **segunda proposta seria a publicação de cartilha da Resolução do CNJ e a divulgação de alguns**  
262 **casos em que o despejo tenha sido impedido no Brasil. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa**  
263 **explicou que a questão da representação do CNDH no Observatório dos Direitos Humanos do**  
264 **Poder Judiciário será levada à Mesa Diretora e registrou que, independentemente de quem seja o**  
265 **representante, assumirá o compromisso de realizar uma reunião com a sociedade civil para colher as**  
266 **diretrizes de atuação do CNDH no Observatório. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior**  
267 **realizou um relato do impacto dessa resolução nos movimentos que lutam pela reforma urbana e**

268 pelo direto á moradia, salientando a Campanha Despejo Zero. Agradeceu o empenho e construção  
269 coletiva dessa resolução, fruto de uma construção histórica de resistência dos movimentos sociais.  
270 O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota parabenizou o CNJ pela sua sensibilidade, registrando que  
271 a OAB votou favorável ao pleito e destacando a dedicação do Conselheiro Leandro Gaspar  
272 Scalabrin. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos cumprimentou o Conselheiro  
273 Leandro Gaspar Scalabrin por sua dedicação e pela defesa feita no CNJ, que qualifica as ações do  
274 CNDH e ressaltou que a Resolução CNDH nº 10 é bastante clara ao pontuar os despejos urbanos e  
275 rurais, entendendo que a atuação deve ser articulada e que é impossível aceitar as violações  
276 cotidianas, como a discussão da PEC nº 95. Apoiou as propostas colocadas e colocou-se à  
277 disposição para contribuir. O Vice-Presidente Darci Frigo pontou o caráter estratégico das ações do  
278 Conselho, ponderando que a Resolução CNDH nº 10 foi elaborada em um momento de inúmeros  
279 despejos e assassinatos no campo. Sugeriu a criação de uma frente para atuar nas situações graves  
280 de iminentes violações dos direitos humanos e explanou que a chancela do CNJ significa que a  
281 resolução terá uma força diferenciada, o que transforma o CNDH em instituição nacional dos  
282 direitos humanos de fato. Concordou com as propostas apresentadas, reafirmando que o CNDH  
283 contribuiu concretamente para que a ação tenha efeito na ponta. A Conselheira Virgínia Dirami  
284 Berriel destacou a importância da resolução e parabenizou o trabalho realizado pelos Conselheiros  
285 Leandro Gaspar Scalabrin e Everaldo Bezerra Patriota e pelo CNDH, uma vez que ela resguarda os  
286 direitos humanos dos trabalhadores em situação vulnerável. O Presidente Yuri Michael Pereira  
287 Costa colocou em processo de votação, em bloco: 1. A autorização de articulação interinstitucional  
288 com órgãos, por exemplo, do Sistema de Justiça, Escola de Magistratura, Defensoria Pública, a fim  
289 de levar o posicionamento e interpretação do CNDH sobre a matéria, bem como com outros órgãos  
290 da sociedade civil, como conselhos estaduais de direitos humanos, mediante planejamento  
291 posterior; 2. Elaboração de publicação que faça publicidade da Resolução nº 10/2018 de cartilha de  
292 resoluções e seus avanços, desdobramentos e explicitação, as quais foram aprovadas por  
293 unanimidade pelos presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, APIB, UBM,  
294 CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CNJ, CONAQ, PF, DPU, MMFDH, MRE, MJSP, PGR.  
295 Prosseguindo ao **Item: Reorganização de Comissões/Subcomissões/GTs do CNDH a partir de**  
296 **Grupo Especial designada pelo Pleno e composição de todas as Comissões/Subcomissões/GTs**  
297 **do Conselho – Vice-Presidente Darci Frigo**, o Vice-Presidente Darci Frigo lembrou sobre a  
298 necessidade de instalação da Comissão Especial de Covid-19, comparando o número de mortes no

299 último dia ao massacre de Pau D'Arcos. Agradeceu aos membros do Grupo Especial, explicando  
300 que serão retomadas as questões dentro da pauta do planejamento que devem orientar a ação do  
301 CNDH nesse biênio. Manifestou que há a necessidade de debater o número de comissões  
302 permanentes, que estará na revisão do Regimento Interno, sendo que deliberaram que os temas  
303 apresentados devem ser incluídos em comissões existentes e grupos de trabalho. Esclareceu que a  
304 Comissão Especial sobre Covid-19 poderá atuar sem sobreposição à atuação do CNDH e em  
305 diálogo com a comissão que trata sobre o tema saúde, sendo que ideia é que essa comissão tenha  
306 maior agilidade e liberdade pelo período de um ano. Propôs que a comissão seja composta por todos  
307 os conselheiros que possuem interesse, bem como especialistas no assunto e que se reúna  
308 extraordinariamente no dia 18 de março, às 09h, para analisar a atuação na emergência da pandemia  
309 do CNDH e avaliar as condutas das autoridades responsáveis sobre eventuais violações  
310 identificadas. Procedeu a leitura do Sumário Executivo da reunião, elencando as propostas  
311 sugeridas. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin esclareceu que a sociedade civil está propondo  
312 a realização de uma reunião extraordinária do plenário do CNDH na próxima semana para debater  
313 uma proposta de resolução sobre a pandemia e sugeriu realizar uma *live* antes dessa reunião para  
314 discutir assuntos técnicos. O Vice-Presidente Darci Frigo finalizou a sua explanação discorrendo  
315 que há um entendimento de que é necessário haver diálogo entre as comissões que tratam de temas  
316 com interfaces, como segurança pública, violência e combate ao racismo. O Conselheiro Herbert  
317 Borges Paes de Barros lembrou que o CNDH aprovou uma série de recomendações relacionadas à  
318 pandemia no ano passado, entendendo que esses documentos são essenciais para o debate do  
319 assunto. Informou que está prevista uma reunião extraordinária do CNPCT na mesma data sugerida  
320 para a reunião extraordinária do pleno do CNDH, sugerindo realizá-la no dia 22 de março.  
321 Observou que há a necessidade de ajustar determinadas instâncias criadas ao longo do tempo, visto  
322 que os grupos de trabalhos são criados com tempo e objeto limitados e existem alguns, em sua  
323 avaliação, que deveriam ser renomeados como subcomissões. Elucidou que alguns temas que já  
324 foram objeto de discussão nesse colegiado no passado, os quais não foram incluídos, como pessoas  
325 desaparecidas e doenças negligenciadas, poderiam ser trabalhados e compreendeu que o tema de  
326 direitos das vítimas pode ser abordado no âmbito da Comissão de Segurança Pública. O Presidente  
327 Yuri Michael Pereira Costa ressaltou que a Comissão de Reestruturação foi aprovada pelo pleno  
328 com a possibilidade de participação de todos os conselheiros apesar de ser composta apenas por  
329 membros da sociedade civil, ponderando que a proposta é do CNDH e não somente da sociedade

330 civil. Entendeu que é adequada possibilidade de adesão de todos os conselheiros à Comissão  
331 Especial sobre a Covid-19, todavia, mencionou que é necessário fazer a distinção entre uma  
332 comissão na qual todos os conselheiros sejam convidados e o próprio pleno. A Conselheira Vivian  
333 Oliveira Mendes solicitou que o prazo de 30 dias sugerido para as demais comissões para realizar a  
334 sua composição e a reunião de plano de trabalho também seja dado à Comissão Permanente de  
335 Privação de Liberdade sob sua coordenação. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel destacou o  
336 quantitativo de vidas perdidas no último dia pela Covid-19 e entendeu que é salutar agilizar a  
337 reunião da Comissão Especial e trabalhar com todos que possam contribuir na convocação e na *live*  
338 para buscar uma solução para crise sanitária. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante salientou a  
339 necessidade pensar em reparação para as vítimas e familiares desse processo de genocídio que está  
340 acontecendo em relação à pandemia e a Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos  
341 observou que é necessário fazer uma correção no encaminhamento da Frente sobre Deslocamentos  
342 Compulsórios, uma vez que não está clara a continuação das atividades antes do próximo pleno.  
343 Registrou que não foi realizada a reunião prevista no calendário do CNDH para o dia 2 de março,  
344 sugerindo recuperar esse prejuízo através de outra reunião. a fim de que os seus membros possam  
345 acompanhar o debate. O Vice-Presidente Darci Frigo agradeceu pelas contribuições e explicou que  
346 as sugestões da Comissão estão elencadas no relatório, sendo que a proposta colocada pela  
347 sociedade civil é a realização da reunião extraordinária do pleno do Conselho, tendo em vista que  
348 pauta dessa reunião não permitirá um tempo hábil para debater sobre os impactos da pandemia.  
349 Explanou que a Comissão Especial sobre a Covid-19 seria constituída nessa reunião extraordinária  
350 pelos conselheiros que manifestem interesse e também por outras pessoas e instituições convidadas.  
351 Com relação à data, compreendeu que poderia ser definida posteriormente para não prejudicar as  
352 decisões planejadas. Alegou que a Comissão não realizou a avaliação os objetos das comissões,  
353 subcomissões e grupos de trabalho, visto que não havia essa demanda, entendendo que o Conselho  
354 pode estabelecer um prazo para essa avaliação. Postulou que os temas colocados pelo Conselheiro  
355 Herbert Borges Paes de Barros poderiam ser tratados na Comissão de Segurança Pública com as  
356 terminologias corretas e sugeriu que as comissões que não concluíram a composição apresentem,  
357 até a próxima reunião do pleno, o seu calendário. Solicitou que fosse realizada a reparação do ponto  
358 sobre a Frente sobre Deslocamentos Forçados no relatório, para que seja reapreciado pelo plenário.  
359 Elucidou que a *live* está associada diretamente a data da reunião extraordinária do pleno. O  
360 Presidente Yuri Michael Pereira Costa destacou a necessidade de definir se será realizada uma

361 reunião do pleno devido ao trabalho que deve ser feito pela Secretaria Executiva para o  
362 cumprimento de data, porém, entendeu que essa reunião deveria ser feita apenas quando houvesse  
363 uma proposta de resolução finalizada para os devidos aportes. Propôs agendar uma data para  
364 convidar todos os conselheiros que queiram participar da definição do escopo da minuta de  
365 resolução e posteriormente definir uma data apenas para aprovar a resolução com a redação  
366 finalizada. Intuiu que o prazo para conclusão da composição das comissões deve ser menor do que  
367 30 dias, pois deve compor a pauta do pleno, sugerindo cerca de 15 dias para essa definição.  
368 Manifestou que poderiam consolidar nesse dia a composição já finalizada até o momento, abrindo  
369 apenas exceções necessárias com prazo adicional. O Vice-Presidente Darci Frigo sugeriu que a  
370 comissão se reúna e proponha uma data para uma reunião extraordinária para avaliação da  
371 resolução antes da próxima reunião plenária já agendada, tendo em vista a urgência do debate.  
372 Externadas todas as manifestações e opiniões pelos conselheiros, o Presidente Yuri Michael Pereira  
373 Costa sugeriu consolidar as composições e as coordenações das comissões já existentes hoje e  
374 estabelecer até o dia 31 de março como data limite para complemento de composições e de  
375 coordenações que ainda estão em aberto. Entendeu que a proposta colocada de incluir um capítulo  
376 específico no Regimento Interno para consolidar as comissões permanentes contempla a  
377 preocupação dos Conselheiros Herbert Borges Paes de Barros e Everaldo Bezerra Patriota. O Vice-  
378 Presidente Darci Frigo acatou as sugestões apresentadas pelo Presidente Yuri Michael Pereira  
379 Costa, que em seguida, colocou em processo de votação a aprovação das novas comissões,  
380 conforme o Sumário Executivo, que foi aprovado por unanimidade pelos presentes: OAB, CNPG,  
381 UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL,  
382 CNJ, CONAQ, PF, DPU, MMFDH, MRE, MJSP, PGR. Colocou também em processo de votação a  
383 consolidação do constante das planilhas do Excel até o momento com prazo até dia 31/03/2021 para  
384 alterações que ainda se fazem necessárias, que foi aprovada por unanimidade pelos presentes: OAB,  
385 CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA  
386 BRASIL, CNJ, CONAQ, PF, DPU, MMFDH, MRE, MJSP, PGR. A Conselheira Mônica de  
387 Alkmim Moreira Nunes observou que os nomes previstos na composição da Comissão Especial de  
388 Participação Social no Excel não são os mesmo nomes da proposta de resolução. O Presidente Yuri  
389 Michael Pereira Costa esclareceu que o formato deverá ser definido por meio de resolução única,  
390 com parâmetro consolidado, e inserção em capítulo próprio do Regimento Interno, fazendo  
391 inclusive a alusão às resoluções anteriores para consolidação pública da composição das novas

392 comissões. Com relação as Comissão Especial sobre a Covid-19, sugeriu definir a data da *live*, da  
393 reunião ampliada para definição do escopo e texto da resolução e da reunião extraordinária do pleno  
394 com pauta única, o que foi acatado pelos conselheiros. Feitas todas as considerações necessárias,  
395 colocou em processo de votação a sugestão de realização da reunião extraordinária do pleno no dia  
396 23 de março, às 15h, com pauta exclusiva sobre composição e aprovação da resolução sobre a  
397 Comissão Especial da Covid-19, que foi aprovada por unanimidade pelos presentes: OAB, CNPG,  
398 UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL,  
399 CNJ, CONAQ, PF, DPU, MMFDH, MRE, MJSP, PGR. Em seguida, colocou em processo de  
400 votação a sugestão de realização da reunião interna da Comissão Especial sobre Covid-19 no dia 17  
401 de março, às 14h, a qual foi aprovada por unanimidade pelos presentes: OAB, CNPG, UNISOL  
402 BRASIL, MNDH BRASIL, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CNJ,  
403 CONAQ, PF, DPU, MMFDH, MRE, MJSP, PGR. Colocou também em processo de votação a  
404 sugestão de realização da *live* no dia 16 de março, que ficará a cargo de entidades da sociedade civil  
405 do CNDH, que foi aprovada por unanimidade pelos presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL,  
406 MNDH BRASIL, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CNJ, CONAQ, PF,  
407 DPU, MMFDH, MRE, MJSP, PGR. Prosseguindo ao **Item: Conclusão do 1º dia da 16ª Reunião**  
408 **Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa**, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
409 observou que ainda ficou pendente para o segundo dia de reunião a apreciação da minuta de  
410 resolução que cria a Comissão de Participação Social e a discussão do calendário das reuniões das  
411 comissões. Agradeceu a presença de todos, encerrando o primeiro dia da 16ª Reunião  
412 Extraordinária do CNDH. **Dia 12/03/2021: 9h - Abertura do 2º dia de Reunião Extraordinária**  
413 **do CNDH - Presidente Yuri Costa**. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa iniciou o segundo  
414 dia cumprimentando a todos e retomou que, no primeiro dia de reunião, foi realizada a devida  
415 homenagem às mulheres pelo Dia Internacional das Mulheres e um minuto de silêncio em  
416 homenagem às vítimas da Covid-19 no Brasil. Iniciando o **Item: Designação de Tomás Melo**  
417 **como consultor ad hoc do CNDH**. Escopo da consultoria: **“A partir das recomendações e**  
418 **prerrogativas definidas na Resolução nº 40 do Conselho Nacional de Direitos Humanos,**  
419 **produzir informações baseadas em evidências que articulem a circunstância da falta de**  
420 **moradia – que define a população em situação de rua em relação ao público domiciliado – no**  
421 **contexto da pandemia do COVID-19, considerando a interseccionalidade do segmento e as**  
422 **vulnerabilidades específicas que agravam as condições de saúde do segmento social”**. Vigência

423 **da consultoria: até 31 dez. 2021 – Presidente Yuri Costa e Tomás Melo (convidado),**  
424 apresentou uma breve contextualização da atuação do Sr. Tomás Melo, elencando sobre a sua  
425 trajetória profissional e experiências junto à população em situação de rua. Realizou a leitura do  
426 escopo da consultoria e desejou boas-vindas, passando a palavra ao convidado. O Sr. Tomás Melo  
427 cumprimentou os presentes e observou que o Presidente do CNDH foi bastante completo e conciso  
428 em relação à proposta de plano de ação da consultoria. Salientou que a proposta de consultoria trará  
429 um aprofundamento de questões de interesse da UNAIDS e contemplará informações sobre o  
430 acesso da população em situação de rua aos medicamentos antirretrovirais. Afirmou que a avaliação  
431 será muito importante, considerando a situação de pandemia e a grande vulnerabilidade dessa  
432 população. Abrindo para manifestações dos conselheiros, o Conselheiro Paulo Tavares Mariante  
433 saudou a iniciativa e discorreu que o movimento LGBTI+ sempre teve um trabalho forte no  
434 enfrentamento do HIV/AIDS. Considerou muito importante ter um panorama que auxilie na  
435 elaboração das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua. O Conselheiro  
436 Herbert Borges Paes de Barros também saudou a iniciativa e informou que a Coordenação-Geral  
437 dos Direitos da População em Situação de Risco, que acompanha toda a Política Nacional dos  
438 Direitos da População em Situação de Rua, gostaria de fazer uma parceria da sua equipe com a  
439 consultoria *ad hoc*. Lembrou que o CIAMP-Rua foi recentemente reinstalado após um processo de  
440 eleição das organizações da sociedade civil, entendendo que esse trabalho também deve ser  
441 realizado com esse Comitê. Externou a sua preocupação sobre o vínculo da consultoria com um  
442 projeto da UNAIDS, solicitando esclarecimentos. Relatou que, dependendo da resposta, seria  
443 oportuno que o CNDH estabeleça uma cooperação formal com a UNAIDS, a fim de que possam ter  
444 acesso aos dados. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes salientou a importância dessa  
445 pauta, especialmente, nesse momento de pandemia e solicitou que essa consultoria considere o  
446 contato com território e com a rede de apoio à população em situação de rua. O Vice-Presidente  
447 Friço saudou o Sr. Tomás Melo e pediu esclarecimentos sobre a definição das cidades para as  
448 visitas in loco, destacando a concentração em determinadas regiões. A Conselheira Eneida Canêdo  
449 Guimarães dos Santos destacou que essa pauta tem fundamental importância, inclusive, para dá  
450 concretude à Resolução CNDH nº 40/2020 e também externou a sua preocupação com a  
451 abrangência geográfica do estudo, uma vez que o problema está amplamente distribuído pelo país,  
452 entendendo que seria importante também considerar as regiões norte e nordeste. O Conselheiro  
453 Eduardo de Carvalho Mota ressaltou a trajetória do Sr. Tomás Melo marcada historicamente pelo

454 trabalho cotidiano junto à população em situação de rua, afirmando que contribuirá no processo de  
455 produção de dados oficiais. A Conselheira Mairla da Silva Feitosa salientou a grande  
456 vulnerabilidade da população em situação de rua no atual contexto de pandemia e de *lockdown*,  
457 ponderando que não há dados atualmente dessa população que foram vítimas da Covid-19.  
458 Solicitou o apoio do CNDH para que tenham uma visão melhor dessas pessoas. O Sr. Tomás Melo  
459 explicou que o Plano de Ação da UNAIDS possui dados que serão encontrados em locais  
460 diferentes, sendo que as viagens à Brasília estão relacionadas à produção desses dados junto com as  
461 instituições. Relatou que alguns dos dados serão produtos dos *workshops* realizados pela UNAIDS  
462 e que fará o apoio e o encaminhamento relativo aos dados da população em situação de rua.  
463 Ponderou que houve o entendimento de que seria um risco fazer uma proposta que contemplasse  
464 todas as cidades, considerando o prazo de duração da consultoria e explanou que as cidades  
465 definidas estão relacionadas aos dados de epidemiológicos de óbitos e à produção de dados.  
466 Comprometeu-se a dialogar internamente com a UNAIDS sobre a necessidade de pluralidade de  
467 cidades especialmente das regiões norte e nordeste e ressaltou que os dados serão produzidos  
468 conjuntamente, sendo que os dados sobre a população em situação de rua serão de sua  
469 responsabilidade. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa esclareceu que foi realizada uma reunião  
470 na qual foi discutida sobre a formalização da parceria, que ainda não foi definida. Explanou que foi  
471 solicitado ao Sr. Tomás Melo que apresentasse uma proposta específica para atuação do CNDH e  
472 compreendeu que o próprio Plano de Trabalho pode ser adequado dando atenção a pluralidade nas  
473 regiões norte e nordeste. Não havendo mais questionamentos, colocou em processo de votação  
474 sobre aprovação da Designação de Tomás Melo como consultor *ad hoc* nos termos destacados na  
475 pauta, que foi aprovado por unanimidade pelos presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH  
476 BRASIL, CONAQ, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MMFDH, PGR, MRE,  
477 DPU, CNJ, MJSP e PF. O Sr. Tomás Melo solicitou que o seu contato fosse disponibilizado aos  
478 conselheiros para que aqueles que possuem o interesse de acompanhar a consultoria mais de perto.  
479 Passando ao **Item: Discussão sobre a suspensão do trabalho presencial das funcionárias da**  
480 **Secretaria Executiva do CNDH no contexto do agravamento da pandemia e vigência dos**  
481 **Decretos do GDF que impõe restrições e circulação (Decreto nº 41.882, de 08 de março de**  
482 **2021; Decreto nº 41.874, de 08 de março de 2021)**, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
483 retomou a proposta do Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin de apreciação da necessidade de  
484 assegurar o trabalho remoto de todos os trabalhadores do Conselho, considerando o contexto de



485 agravamento da pandemia e orientação de *lockdown*. A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro  
486 Teixeira reforçou a importância do trabalho remoto para a equipe do CNDH diante a força de  
487 transmissão do vírus mesmo com a redução da presença física das pessoas. O Conselheiro Leandro  
488 Gaspar Scalabrin destacou a preocupação com o surto de Covid-19 ocorrido no MMFDH, clamando  
489 que o Ministério siga as recomendações do Governo do Distrito Federal, garantido o isolamento  
490 social. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa indagou se a proposta está amadurecida e  
491 compreendeu que há duas propostas, a primeira de deliberação imediata do trabalho remoto dos  
492 servidores do CNDH e a segunda de realizar um diálogo com a Secretaria Executiva e com o  
493 Ministério para tratar da estrutura necessária a ser disponibilizados a esses servidores para o  
494 trabalho remoto, visto que também seria realizada a mesma discussão com a Mesa Diretora.  
495 Informou que oportunizou que os serviços manifestassem, porém, não se sentiram confortáveis para  
496 essa manifestação. O Conselheiro Eduardo Miranda Freire de Melo afirmou que a SNPG  
497 comprometerá a buscar todos os meios possíveis para que a situação não atrapalhe a atuação do  
498 CNDH e a Conselheira Virgínia Dirami Berriel observou que, além de disponibilizar os recursos  
499 necessários para assegurar o trabalho remoto, é necessário registrar no documento que o MMFDH  
500 fornecerá os equipamentos para execução desse trabalho. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
501 explanou que a viabilização desses recursos depende de outras questões para além da decisão do  
502 pleno, questionando aos representantes do MMFDH se há condições de viabilizar os equipamentos  
503 necessários para o trabalho remoto. O Conselheiro Eduardo Miranda Freire de Melo ponderou que  
504 não podem assegurar essa solicitação nesse momento, sendo que será necessário avaliar a questão  
505 de disponibilidade de equipamentos dada à restrição orçamentária e outras limitações. Afirmou que  
506 a SNPG buscará os meios necessários para a Secretaria Executiva continue os seus trabalhos. A  
507 Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira destacou a importância de uma pessoa da equipe  
508 ter um celular institucional para realizar ligações a fim de viabilizar o trabalho remoto com  
509 qualidade. O Vice-Presidente Darci Frigo manifestou que há uma situação delicada, que envolve  
510 também os deslocamentos e o uso de transportes públicos pelos trabalhadores e indagou sobre a  
511 possibilidade de utilizar os recursos do PRODOC para aquisição dos equipamentos. A Conselheira  
512 Virgínia Dirami Berriel compreendeu que a preservação de vidas é o mais importante nesse  
513 momento e relatou que há equipamentos de baixo custo que podem ser habilitados para  
514 deslocamento até a casa do trabalhador. Defendeu a realização de algum tipo de reembolso ao  
515 trabalhador, para que haja as mesmas condições existentes no ambiente de trabalho. O Conselheiro

516 Herbert Borges Paes de Barros reafirmou que o MMFDH buscará atender a solicitação demandada  
517 junto à Mesa Diretora, Presidência do Conselho e Secretaria Executiva, todavia, registrou que os  
518 servidores estão vinculados ao Ministério e qualquer solução precisa ser pensada globalmente,  
519 sendo que não é possível definir detalhes de como operacionalizar e do que seria viável nesse  
520 momento, considerando as dimensões contratuais e outros aspectos a serem avaliados. Colocados  
521 todos os posicionamentos, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa compreendeu que o CNDH  
522 pode deliberar de forma ampla, elencando as condições necessárias a serem adotadas pelo  
523 MMFDH. Colocou em processo de votação as seguintes propostas: 1. Suspensão imediata do  
524 trabalho presencial das trabalhadoras do Conselho, a partir da próxima segunda-feira (15/03), sendo  
525 que a Presidência e Mesa Diretora fará interlocução para assegurar as condições de trabalho remoto  
526 junto ao MMFDH; 2. Que seja dado um prazo até a próxima quarta-feira (17/03) para viabilizar o  
527 diálogo com as trabalhadoras do Conselho, com o MMFDH, por meio do Conselheiro Herbert  
528 Borges Paes de Barros, e com a Mesa Diretora do CNDH para fins de garantir a estrutura para as  
529 condições de viabilizar o trabalho remoto a partir da data indicada. Sendo aprovada, por maioria, a  
530 Proposta 1 de suspensão imediata do trabalho presencial, com o registro dos seguintes votos  
531 favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, UBM, CUT, FNDC,  
532 ANAB, DHESCA BRASIL. Votou favoravelmente à Proposta 2: DPU. Absteram-se: MMFDH,  
533 MRE, MJSP, PF. Foi registrada a ausência da PGR. Diante essa votação, explanou que o pleno  
534 entendeu que o MMFDH deve adotar, de imediato, as providências para a disponibilização da  
535 estrutura necessárias para execução do trabalho remoto com qualidade. Assumiu o compromisso de  
536 comunicar aos conselheiros se houver algum problema de atraso diante essa reorganização. Em  
537 seguida, passou-se ao **Item: Continuação da pauta sobre Reorganização de**  
538 **Comissões/Subcomissões/GTs do CNDH a partir de Grupo Especial designada pelo Pleno e**  
539 **composição de todas as Comissões/Subcomissões/GTs do Conselho – Presidente Yuri Costa e**  
540 **Vice-Presidente Darci Frigo.** Solicitou a Secretaria Executiva que projetasse a minuta de  
541 Resolução que dispõe sobre a criação da Comissão Especial sobre Participação Social, no âmbito do  
542 Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, questionando aos conselheiros se haveria  
543 algum destaque, tendo em vista que o documento foi encaminhado previamente para conhecimento.  
544 O Vice-Presidente Darci Frigo questionou sobre o período de duração da Comissão, considerando  
545 que haviam consensuado que o encerramento das atividades da Comissão seria ao fim deste  
546 mandato do Conselho. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes concordou com a

547 explanação, sugerindo correção da redação do art. 4º nesse sentido. O Conselheiro Herbert Borges  
548 Paes de Barros discorreu que lhe parece inadequado o formato como o art. 3º está apresentado, pois  
549 a proposta de composição não está em consonância com as decisões do STF relativas ao Decreto nº  
550 9.759/2019, entendendo que é impróprio avançar na votação com esse formato. A Conselheira  
551 Mônica de Alkmim Moreira Nunes justificou que essa Comissão foi constituída logo após o  
552 Decreto nº 9.759/2019, visto que os seus efeitos também têm como base os efeitos para participação  
553 social dentro do novo formato estabelecido, reduzindo a participação da sociedade civil organizada.  
554 Salientou que a discussão dessa instância é mais política do que judicial, portanto, a sua composição  
555 atual respeita a legislação anterior a esse decreto para realizar a avaliação diagnóstica dos impactos  
556 da participação social. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota afirmou que são contra as decisões  
557 que mitiguem a participação social ainda que tenha uma decisão judicial, reiterando que o CNDH  
558 tratará de uma decisão política em decorrência da mitigação da participação social. Questionado  
559 pelo Presidente do CNDH se haveria uma proposta de alteração da redação para compatibilizar com  
560 a decisão do STF sobre a matéria, o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota sugeriu retirar o trecho  
561 *“respeitando a composição até a data de publicação do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019”*.  
562 A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes alegou que essa proposta alterará completamente  
563 a composição e o trabalho da Comissão e o Conselheiro Paulo Tavares Mariante observou que a  
564 composição apresentada está correta, retomando os impactos da desconstrução do Conselho  
565 LGBTI+. Solicitou aos conselheiros que aprovassem o texto apresentado. O Presidente Yuri  
566 Michael Pereira Costa propôs a abertura do regime de votação considerando três propostas: 1.  
567 Aprovação integral do texto da Resolução apresentado; 2. Aprovação da Resolução com alteração  
568 do art. 3º; e 3. Não aprovação da Resolução. A Conselheira Natália Camba Martins lembrou que o  
569 Regimento Interno aponta a necessidade de um número mínimo de votos para aprovação de  
570 documentos, ponderando que o primeiro resultado precisa ser submetido a uma nova votação  
571 quando há a subdivisão da votação em três partes. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
572 explicou que abrirá uma nova votação caso não houve o número mínimo de votos e o Conselheiro  
573 Everaldo Bezerra Patriota sugeriu que fosse realizada apenas a votação da aprovação ou não da  
574 resolução. Diante todas as manifestações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em  
575 processo de votação sobre a aprovação ou não aprovação da Resolução que dispõe sobre a criação  
576 da Comissão Especial sobre Participação Social, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos  
577 Humanos – CNDH, que foi aprovado por maioria, com manifestação dos seguintes votos

578 favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ, APIB, UBM, CUT,  
579 FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, DPU; dos seguintes votos contrários: MMFDH, MRE, MJSP;  
580 da abstenção: PF. Foram registradas as ausências da PGR e do CNJ. Em seguida, colocou em  
581 processo de votação a provação do texto tal como está (sem alterações) ou aprovação do texto com  
582 a alteração sugerida pelo Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros, sendo aprovado, por maioria,  
583 o texto da Resolução sem alterações, com manifestação dos seguintes votos favoráveis: OAB,  
584 CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB,  
585 DHESCA BRASIL, DPU. Votou favoravelmente ao texto com alteração: MMFDH, MRE, MJSP.  
586 Abstenção: PF. Foi registrada a ausência da PGR. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros  
587 observou que o CNDH aprovou a criação de uma comissão especial sem conhecimento do inteiro  
588 teor da proposta, sugerindo que as demais proposta de criação ou alteração de comissões ou de  
589 matérias que impliquem na aprovação de resoluções seja debatida e aprovada com o texto  
590 apresentado ao colegiado. Prosseguindo ao **Item: Readequação da periodicidade o calendários**  
591 **de Comissões/Subcomissões/GTs do Conselho**, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
592 mencionou o diálogo com Vice-Presidente sobre o excesso de reuniões aprovadas no calendário,  
593 que podem prejudicar o trabalho realizado pela Secretaria Executiva. Relatou que o Vice-Presidente  
594 sugeriu a aprovação de uma proposta de diminuição da quantidade de reuniões, propondo manter o  
595 calendário aprovado pelo pleno, porém, as reuniões das comissões, subcomissões e GTs fossem  
596 realizadas a cada dois meses, o que deve ser discutido no âmbito de cada instância e a decisão  
597 encaminhada à Secretaria Executiva. O Vice-Presidente Darci Frigo entendeu que o plenário pode  
598 considerar a revisão do cronograma já aprovado sendo coerentes, inclusive, com a decisão anterior  
599 sobre o trabalho dos servidores do CNDH. Destacou que a justificativa dessa proposta consiste em  
600 liberar tempo para que a equipe possa atuar nas ações definidas e que a criação de novas comissões,  
601 subcomissões e GTs devem considerar a capacidade da equipe da Secretaria Executiva, informando  
602 que a Comissão de Obrigações Internacionais já consensuou pela realização de reuniões bimestrais.  
603 Não havendo a necessidade de mais esclarecimentos, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
604 colocou em processo de votação sobre a aprovação da proposta de manutenção do calendário, com a  
605 possibilidade das comissões realizarem reuniões bimestrais, se assim deliberar e informar a  
606 Secretaria Executiva, a qual foi aprovada por unanimidade pelos presentes: OAB, CNPG, UNISOL  
607 BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL,  
608 MMFDH, MRE, DPU, MJSP e PF. O Vice-Presidente Darci Frigo observou que o primeiro dia

609 reunião foi muito denso e longo, o que não seria saudável, sugerindo realizar um pequeno intervalo.  
610 O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou as presenças dos Conselheiros Senador Fabiano  
611 Contarato e Gabriel Saad Travassos do Carmo e acatou a sugestão do Vice-Presidente Darci Frigo,  
612 realizando um pequeno intervalo. Reiniciando a reunião com o **Item: Relato da Missão**  
613 **Emergencial do CNDH para acompanhar possíveis violações de direitos humanos de pessoas**  
614 **migrantes na fronteira entre Brasil (Assis Brasil/AC) e Peru, realizada entre 4 e 8 de março de**  
615 **2021. Aprovação de Recomendação em caráter emergencial sobre o caso – Conselheira**  
616 **Virginia Berriel, Conselheiro Joselito Sousa e consultora *ad hoc* Camila Asano**, o Presidente  
617 Yuri Michael Pereira Costa registrou a contribuição da consultora Camila Asano nesta missão,  
618 registrando um agradecimento especial a Sra. Débora, assessora da Secretaria Executiva, pelo  
619 trabalho irretocável realizado nessa missão. Parabenizou e agradeceu também à Conselheira  
620 Virgínia Dirami Berriel e ao Conselheiro Joselito de Araújo Sousa por terem se deslocado até Assis  
621 Brasil para a realização desta missão, informando que a recomendação será oportunamente  
622 apreciada. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel arrazoou que realizaram a visita em caráter  
623 emergencial a Assis Brasil/AC devido à situação dos imigrantes na ocupação da ponte, que liga o  
624 estado do Acre ao Peru, em caráter de protesto. Relatou que essa uma ocupação tem durado bastante  
625 tempo e não há condições dignas de higiene. Explanou sobre a reunião realizada com a Polícia  
626 Federal do município de Rio Branco/AC, que se mostrou preocupada com a situação e contrária a  
627 qualquer tipo de conflito. Durante essa reunião, postulou que houve também uma reunião com o  
628 juiz da ação, que convidou a equipe do CNDH para participar da audiência de mediação, em que os  
629 acampados manifestaram que apenas desejavam passar. Informou que foi expedida uma nota pelo  
630 procurador, manifestando que os acampados não representavam nenhum tipo de perigo.  
631 Acrescentou que, em Assis Brasil, foi realizada uma reunião com a Polícia Federal, jesuítas e os  
632 representantes dos acampados e feitas visitas às escolas para verificar as condições de alojamento,  
633 sendo que puderam verificar que as condições sanitárias eram precárias, mas que as condições de  
634 alimentações estavam sendo atendidas a contento pelas fotos tiradas no local. Explanou que também  
635 foi realizada uma reunião com a prefeitura e a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social  
636 e Direitos Humanos, na qual o prefeito mostrou a sua total preocupação com a situação,  
637 especialmente, diante o cenário de aumento de contágio pela Covid-19. Salientou que os relatos dos  
638 imigrantes são extremamente contundentes, exemplificando. Relatou que a fronteira não foi aberta e  
639 o CNDH diagnosticou a situação de vulnerabilidade e tentou encaminhar uma solução pacífica para

640 desocupação da ponte. Explanou que o Defensor Público do Peru comprometeu-se em auxiliar e  
641 viabilizar o comunicado de que a desocupação seria pacífica aos policiais na fronteira e  
642 compreendeu que o CNDH realizou um trabalho exitoso e importante com interferência favorável  
643 aos direitos humanos, entretanto, observou que o problema continuará se o governo brasileiro não  
644 tiver diplomacia para enfrentá-lo. Registrou que as passagens e diárias não foram custeadas pelo  
645 MMFDH, solicitando que essa situação seja resolvida com o reembolso dessas despesas. O  
646 Conselheiro Joselito de Araújo Sousa complementou destacando o falecimento por Covid-19 da  
647 Sra. Wislamany Alexis, imigrante haitiana e agradeceu ao MMFDH, Ministério da Cidadania,  
648 Política Rodoviária Federal e Política Federal por todos os esforços realizados e ao Conselheiro  
649 Leandro Gaspar Scalabrin pela interlocução. Ressaltou que a missão foi realizada no momento  
650 correto e destacou o trabalho realizado pelo Presidente do CNDH e pelo Secretaria Executiva.  
651 Explanou que qualquer crédito deve ser atribuído a sociedade civil e ao poder público, o que reflete  
652 o PNDH-3 e os seus princípios e diretrizes que promovem uma interação democrática entre estado e  
653 sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia. Destacou a atuação do Juiz  
654 Federal Herley da Luz Brasil, do Procurador Lucas Almeida e dos Procuradores da União Yuri,  
655 Natália e Daniel. Arrazoou que foram acolhidos pelos missionários e compreendeu que a  
656 implementação de estratégia de solução sem uso da força deve ser perseguida por ter se mostrado  
657 exitosa. Abrindo para manifestações dos conselheiros, o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota  
658 externou a sua satisfação pela indicação da CUT e da PF para essa missão e sua tristeza pelo fato da  
659 nota de comunicação do MMFDH sobre a missão não mencionar o CNDH. Questionou se os  
660 representantes do Ministério foram à missão com recursos próprios ou também custearam essa  
661 despesa. O Conselheiro Gabriel Saad Travassos do Carmo parabenizou o trabalho do CNDH e  
662 registrou a sua preocupação com as narrativas que inviabilizam, destacando as ações realizadas pela  
663 DPU, principalmente, de atuação contra uma decisão judicial de reintegração de posse utilizando as  
664 forças policiais. Acrescentou que a DPU participou de uma audiência de conciliação ao lado da  
665 população imigrante, que resultou na saída, pouco a pouco, dessa população da fronteira, porém,  
666 essa questão não encerrou a crise migratória em Assis Brasil. Discorreu que é fundamental  
667 continuarem junto com as três esferas do poder público cobrando e desenvolvendo ações referentes  
668 ao acolhimento desses imigrantes, uma vez que a rede atual da cidade não possui condições de  
669 promover esse acolhimento. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel agradeceu ao CNDH e aos  
670 demais entes pelo trabalho coletivo de excelência e o Conselheiro Joselito de Araújo Sousa

671 ressaltou a importância do trabalho realizado pela DPU, especialmente pelo Sr. João Chaves, que  
672 foi fundamental para abertura dos caminhos e dos diálogos. O Presidente Yuri Michael Pereira  
673 Costa reforçou o agradecimento ao trabalho de todos e passou ao **Item: Atuação prioritária e**  
674 **estratégica do CNDH para o biênio 2020-2022 - Presidente Yuri Costa e Vice-Presidente Darci**  
675 **Frigo. Propõe-se que o debate leve em consideração: a) Os temas indicados por**  
676 **Comissões/Subcomissões/GTs como prioritários para o biênio; b) A reorganização do CNDH,**  
677 **a partir de Grupo Especial para Alteração de Comissões/Subcomissões/GTs; e c) A**  
678 **constituição de grupo especial para atuar no monitoramento e apuração de violações a**  
679 **Direitos Humanos relacionada à pandemia pela Covid-19. Processo SEI nº**  
680 **00135.200204/2021-56.** Relatou que existe a previsão expressa de elaboração de um plano  
681 estratégico bianual, todavia, a Mesa Diretora entendeu que aquilo que será relatado não atende ao  
682 que está previsto no Regimento Interno de realização de audiências públicas. Explanou que pelas  
683 decisões e avanços dos trabalhos da atual composição do CNDH percebe-se que estão caminhando  
684 por diferentes meios para definição dessas estratégias, contudo, a Mesa Diretora compreendeu que  
685 seria necessário solicitar as coordenações das comissões, subcomissões e GTs o envio de duas  
686 sugestões de temas prioritários para a atuação estratégica. Explicou que as sugestões não serão  
687 excludentes, uma vez que seria apenas uma estratégia de visualização sistematizada das prioridades  
688 do Conselho no biênio, inclusive, para uma melhor divulgação. Solicitou que a planilha fosse  
689 projetada, ponderando que algumas comissões apresentaram mais temas e outras ainda não  
690 registraram as suas prioridades por não terem se reunido. Sugeriu que trabalhassem no *layout* dos  
691 temas e comprometeu-se em fazer as provocações devidas às comissões que ainda não  
692 encaminharam os seus temas prioritários para que os encaminhem, a fim de que possam apresentar  
693 posteriormente como sugestões para a atuação estratégica do Conselho para o biênio. O Vice-  
694 Presidente Darci Frigo salientou a necessidade de definição do prazo adicional e propôs que fossem  
695 realizadas propostas para além dos temas prioritários das comissões. Entendeu que poderiam  
696 priorizar os temas que já possuem decisão para garantir o bom resultado dessa reunião. O  
697 Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota relatou que há um ajuste na proposta colocada pela  
698 Comissão Permanente de Direitos da População em Situação de Rua, sendo que os quatro temas  
699 foram resumidos em dois temas. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou que o ponto  
700 deve ser adequado, solicitando ao conselheiro o envio da redação correta. O Conselheiro Everaldo  
701 Bezerra Patriota informou que a Comissão de Segurança Pública será composta nos próximos dias,

702 elencando as indicações já incorporadas e o Vice-Presidente Darci Frigo também relatou que as  
703 prioridades indicadas na planilha não são da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na  
704 Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos, que foram refeitas  
705 e serão inseridas conforme a nova redação. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos  
706 observou que ainda não constam as prioridades da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos  
707 Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e  
708 Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, que serão encaminhadas.  
709 O Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu estabelecer o prazo até 31 de março para revisão e  
710 apresentação dos temas prioritários estratégicos, sendo que após esse prazo a Secretaria Executiva  
711 disponibilizará o consolidado para inclusão na pauta da próxima reunião da Mesa Diretora para  
712 discussão, inclusive, de outros temas prioritários do CNDH. Não havendo oposições, explanou que  
713 prosseguiram ao próximo item de pauta, solicitando aos conselheiros que os registros e relatos  
714 sejam realizados de forma breve. O Vice-Presidente Darci Frigo solicitou que o relato da Comissão  
715 Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em  
716 Matéria de Direitos Humanos fosse retirado de pauta devido ao horário adiantado e à necessidade  
717 de aprovação de documentos. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou que a parceria com  
718 o IDDH ainda será formalizada para o estudo da implementação de obrigações no Brasil, acolhendo  
719 a solicitação de retirada de pauta. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior informou que a  
720 Comissão Permanente de Direito à Cidade prefere realizar o seu relato na próxima reunião do  
721 CNDH quando terá os documentos a serem discutidos pelo pleno, agradecendo a atenção  
722 dispensada pelos conselheiros na retomada dessa comissão. A Conselheira Mônica de Alkmim  
723 Moreira Nunes discorreu que a Comissão Especial de Participação Social seguirá a mesma linha,  
724 pois a discussão sobre a resolução já contemplou o seu relato. A Conselheira Elisabeth Villela  
725 Costa alegou que a Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão  
726 seguirá a mesma direção das demais comissões, informando apenas que iniciaram o debate sobre a  
727 perseguição religiosa no Grupo de Trabalho de Discurso do Ódio. A Conselheira Virgínia Dirami  
728 Berriel também indicou que o relato da Comissão Permanente dos Direito ao Trabalho, à Educação  
729 e à Seguridade Social será realizado na próxima reunião, informando que realizaram um debate  
730 sobre a PEC Emergencial e sobre a Reforma Administrativa. Observada a necessidade de  
731 apreciação da **Recomendação do CNDH ao Ministério da Saúde para “adoção de providências**  
732 **pelos setores envolvidos para garantir a produção nacional de poliquimioterapia para**



733 **tratamento de hanseníase, bem como a garantia de distribuição gratuita do medicamento pelo**  
734 **SUS” Processo nº 00135.203059/2021-65**, solicitou que o Presidente do CNDH realizasse a sua  
735 leitura, tendo em vista que acompanhou e elaborou todo processo dessa recomendação. Sendo  
736 sugerido que a recomendação fosse aprovada nesse momento, o Presidente Yuri Michael Pereira  
737 Costa realizou uma breve contextualização sobre o tema, informando que o país possui necessidade  
738 de retomar a autonomia na produção de medicamentos para tratamento da hanseníase diante o  
739 desabastecimento sistemático nos últimos anos, que está acontecendo por questões alheias ao  
740 Brasil. Diante essa situação, discorreu que existem pessoas que não estão conseguindo tomar esses  
741 medicamentos e o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN)  
742 e a DPU estão articulando com diferentes ministérios para tentar avançar nessa questão, sendo que a  
743 Comissão entendeu que seria pertinente encaminhar uma recomendação do CNDH com questões  
744 pontuais referentes à autonomia que o país precisa ter com relação à produção da medicação.  
745 Explicou a recomendação é direcionada ao Presidente da República por envolver a atuação de  
746 diferentes ministérios e à ANVISA para adoção dos procedimentos necessários. Questionou se  
747 haveria algum destaque e não havendo, colocou em processo de votação sobre a aprovação de  
748 Recomendação do CNDH ao Ministério da Saúde para “adoção de providências pelos setores  
749 envolvidos para garantir a produção nacional de poliquimioterapia para tratamento de hanseníase,  
750 bem como a garantia de distribuição gratuita do medicamento pelo SUS”. Foi aprovada por  
751 unanimidade, com manifestação dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL,  
752 MNDH BRASIL, CONAQ, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MMFDH,  
753 MRE, DPU, MJSP, PF. Passando ao **Item: Relato da 8ª e 9ª Reunião do Grupo Referência do**  
754 **Pacto Nacional de Conselhos de Direitos Humanos e Nova Proposta de Calendário para as**  
755 **Reuniões do Grupo – Conselheira Eneida Guimarães**, a Conselheira Eneida Canêdo Guimarães  
756 dos Santos corrigiu a sua explanação a anterior, afirmando que há o registro das prioridades  
757 temáticas da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População  
758 LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade  
759 Racial e Enfrentamento ao Racismo. Com relação às reuniões do Grupo, informou que iniciaram a  
760 discussão sobre o Encontro Nacional, na qual foi deliberada a sua realização nos dias 11 e 12 de  
761 maio, sendo que os encontros regionais serão realizados no dia 11 e o Encontro Nacional no dia 12.  
762 Seguindo ao **Item: Relato e encaminhamentos da 19ª Reunião da Comissão Permanente de**  
763 **Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade**

764 **Racial e Enfrentamento ao Racismo - Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Eneida**  
765 **Guimarães, Lucileine da Silva Souza e Conselheiro Paulo Mariante. Nota sobre o**  
766 **pronunciamento do MMFDH no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Recomendação do**  
767 **Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre o Decreto nº 10.509 de 2020.** A Conselheira  
768 Eneida Canêdo Guimarães dos Santos arrazoou que a elaboração da nota sobre o pronunciamento  
769 do MMFDH no Conselho de Direitos Humanos da ONU, considerou o pronunciamento da Ministra  
770 de Estado Damares Regina Alves, o qual não corresponde à realidade brasileira. O Conselheiro  
771 Paulo Tavares Mariante concordou integralmente com o relato feito pela conselheira, afirmando que  
772 não possui nenhuma questão a ser acrescentada. Não havendo a necessidade de esclarecimentos, o  
773 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação a aprovação de Nota sobre  
774 o pronunciamento do MMFDH no Conselho de Direitos Humanos da ONU, a qual foi aprovado por  
775 maioria, com manifestação dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL,  
776 MNDH BRASIL, CONAQ, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, DPU; e dos  
777 seguintes votos contrários: MMFDH, MRE, MJSP. Foram registradas as ausências da PGR e PF.  
778 Com relação à Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre o Decreto nº  
779 10.509 de 2020, o Conselheiro Paulo Tavares Mariante explanou que essa proposta veio de uma  
780 demanda do Senador Fabiano Contarato sobre a falta de menção à população LGTBI+ no Decreto  
781 nº 10.509, conseqüentemente trazendo uma discriminação pelo Poder Executivo contra essa  
782 população. Não havendo destaques, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo  
783 de votação a aprovação de Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre o  
784 Decreto nº 10.509 de 2020, que foi aprovada por maioria, com manifestação dos seguintes votos  
785 favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ, APIB, UBM, CUT,  
786 FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, DPU; e com os seguintes votos de abstenção: MMFDH, MRE,  
787 MJSP. Foram registradas as ausências da PGR e PF. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante  
788 registrou que no dia 14 de março completa três anos dos assassinatos de Marielle Franco e  
789 Anderson Gomes sem as devidas apurações e responsabilização dos envolvidos. Seguindo ao **Item:**  
790 **Relato da 14ª Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde Mental -**  
791 **Conselheiro Rogério Giannini**, o Conselheiro Rogério Giannini ponderou que a Subcomissão está  
792 funcionando, assim como o Grupo de Trabalho sobre EAPs. Acrescentou que a Subcomissão já  
793 definiu a sua composição e definiu três prioridades relacionadas às drogas psiquiátricas,  
794 comunidades terapêuticas e pessoas com deficiência em saúde mental. Com relação ao **Item:**

795 **Relato e encaminhamentos da 25ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da**  
796 **População em Situação de Rua - Conselheira Mairla da Silva Feitosa e Conselheiro Eduardo**  
797 **de Carvalho Mota**, o Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota informou que a Comissão teve uma  
798 reunião bastante produtiva com a participação de 17 membros, sendo que deliberaram pela  
799 ampliação da sua composição com a inclusão de novos participantes. Passando ao **Item: Relato e**  
800 **encaminhamentos da 20ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos**  
801 **e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais - Conselheira Márcia Regina**  
802 **Ribeiro Teixeira e Conselheiro Dinamam Tuxá**, a Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira  
803 registrou que não possui condições de fazer esse relato no momento e o Presidente Yuri Michael  
804 Pereira Costa sugeriu seguir ao relato da próxima comissão e posteriormente retomar esse item caso  
805 o Conselheiro Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá retorne a reunião. Iniciando o  
806 **Item: Relato e encaminhamentos da 27ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos**  
807 **Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações**  
808 **Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**  
809 **Envolvidos em Conflitos Fundiários - Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade e Ayala**  
810 **Lindabeth Dias Ferreira; Conselheiros Leandro Scalabrin e Dinamam Tuxá. Proposta de**  
811 **Recomendação à FUNAI, à SESAI, ao IBAMA, ao ICMBio, à Superintendência da Polícia**  
812 **Federal em Rondônia e à Polícia Militar de Rondônia a adoção de medidas para garantia de**  
813 **direitos humanos dos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Uru Eu Wau Wau.**  
814 **Relatório do Consultor Fabrício Amorim sobre o tema, que é um dos anexos da**  
815 **Recomendação e conta em seus “considerandos”,** o Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin  
816 discorreu que a Comissão se reuniu com as demais comissões, ponderando que não fará o relato da  
817 reunião em razão da falta de tempo hábil. Manifestou que existem três pontos a serem votados,  
818 sendo que o primeiro uma proposta de recomendação elaborada com base no relatório do consultor  
819 Fabrício Amorim, que recomenda à FUNAI, à SESAI, ao IBAMA, ao ICMBio, à Superintendência  
820 da Polícia Federal em Rondônia e à Polícia Militar de Rondônia a adoção de medidas para garantia  
821 de direitos humanos dos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Uru Eu Wau Wau.  
822 Apresentados os principais pontos da recomendação, o Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros  
823 manifestou que estão de acordo com a proposta de recomendação, porém, externou que há uma  
824 dúvida sobre a forma de viabilizar o item 1.15. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin defendeu  
825 manutenção do item, embora haja dificuldades do ponto de vista do direito administrativo para

826 viabilizá-la. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante sugeriu alterar o termo “indenizar” por  
827 “reparar”, o que foi acatado pelo Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin e o Conselheiro Herbert  
828 Borges Paes de Barros observou que essa alteração supera a ressalva colocada. Não havendo a  
829 necessidade de mais esclarecimentos, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo  
830 de votação a proposta de Recomendação à FUNAI, à SESAI, ao IBAMA, ao ICMBio, à  
831 Superintendência da Polícia Federal em Rondônia e à Polícia Militar de Rondônia a adoção de  
832 medidas para garantia de direitos humanos dos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Uru  
833 Eu Wau Wau, a qual foi por maioria, com manifestação dos seguintes votos favoráveis: OAB,  
834 CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, UBM, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA  
835 BRASIL, MMFDH, MRE, DPU. Abstenção do MJSP. Foi registrada a ausência da PGR. O  
836 Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin agradeceu o trabalho pelo consultor Fabrício Amorim e  
837 relatou que o próximo ponto a ser apreciado pelo CNDH é a solicitação de aprovação do seu  
838 ingresso como *amicus curiae* da ADPF 769 (Reforma Agrária), visto que a Comissão tem recebido  
839 diversas ações de despejo em terras públicas e o INCRA não tem se manifestado de forma coerente  
840 com a defesa dos preceitos constitucionais. O Vice-Presidente Darci Frigo concordou com a  
841 importância da manifestação do CNDH, destacando que a Comissão tem recebido a metade das  
842 denúncias encaminhadas ao Conselho. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros registrou que  
843 não cabe a votação desse item sem que haja análise e parecer prévio da Comissão Permanente de  
844 Litigância Estratégica, uma vez que é sua atribuição avaliar a possibilidade jurídica da pertinência  
845 da participação do Conselho. Diante essa manifestação, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa  
846 observou que a apreciação fica condicionada a essa questão e manifestou que o pleno precisa ter os  
847 subsídios para que os conselheiros possam proferir o voto. A Conselheira Mônica de Alkmim  
848 Moreira Nunes compreendeu que poderia aprovar o pedido de habilitação diante a importância da  
849 matéria, para que a posteriormente a Comissão Permanente de Litigância Estratégica elabore o seu  
850 parecer. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa explicou que, em tese, o pedido de habilitação  
851 pode ser avulso para fins processuais no judiciário, visto que os fundamentos jurídicos são  
852 essenciais para que o CNDH tenha conhecimento de quais argumentos justificam a sua participação  
853 no processo. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin solicitou que o ponto que trata da ADPF de  
854 Brumadinho/MG seja retirado de pauta para encaminhamento à Comissão Permanente de Litigância  
855 Estratégica. Com relação à ADPF 769, reforçou que há uma resolução do CNDH, em que foi  
856 analisada a política da Reforma Agrária desde 2019 a partir de informações enviadas pelo INCRA,

857 na qual constatou que há uma paralização das ações dessa reforma previstas em lei. Ilustrou que o  
858 conjunto de outros casos de manifestação do INCRA em ações de reintegração de posse de áreas  
859 públicas justifica o juízo de admissibilidade. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa entendeu que  
860 a manifestação do Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin está clara e juridicamente transparente,  
861 sugerindo que essa manifestação seja considerada como justificativa jurídica que fundamenta o  
862 ingresso na ADPF nº 769. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante registrou que, como coordenador  
863 da Comissão Permanente de Litigância Estratégica, adota as justificativas do pedido de ingresso,  
864 recomendando a deliberação da habilitação. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa compreendeu  
865 que os requisitos foram supridos, na medida em que os argumentos jurídicos foram apresentados e  
866 foram acatados pela coordenação da Comissão Permanente de Litigância Estratégica. Solicitou que  
867 as comissões tenham atenção para a necessidade de avaliação da possibilidade jurídica da  
868 pertinência da participação do Conselho pela Comissão Permanente de Litigância Estratégica antes  
869 de encaminhar o assunto para deliberação do pleno. Questionado se haveria alguma discordância, a  
870 Conselheira Natália Camba Martins observou que a manifestação do coordenador da Comissão não  
871 supre a necessidade da emissão de um parecer, conforme previsto na sua resolução de criação.  
872 Externadas todas as opiniões e manifestações, os conselheiros deliberaram os seguintes  
873 encaminhamentos: 1. Apresentação do parecer pela Comissão de Litigância Estratégica relativo ao  
874 ingresso do Conselho como amigo da corte na ADPF nº 769, que será apreciado como ponto de  
875 pauta inicial na reunião extraordinária do dia 23 de março; 2. A proposta de ADPF referente a  
876 Brumadinho, retirada da pauta, será também encaminhada à Comissão de Litigância Estratégica  
877 para emissão de parecer. Retornando ao **Item: Relato e encaminhamentos da 20ª Reunião da**  
878 **Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização**  
879 **dos Movimentos Sociais - Conselheira Márcia Regina Ribeiro Teixeira e Conselheiro**  
880 **Dinamam Tuxá**, o Vice-Presidente Darci Frigo registrou que o Conselheiro Antônio Fernandes de  
881 Jesus Vieira – Dinamam Tuxá enviou mensagem alegando que enviou ofícios solicitando mais  
882 informações sobre as denúncias e que teve problemas para recebimento do relatório da reunião da  
883 Comissão em função do atestado médico da servidora responsável por sua elaboração. A  
884 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos relatou que os ofícios mencionados foram  
885 encaminhados, inclusive, acrescidos de um ofício à prefeitura de Açu/PA cumprimento pela  
886 iniciativa de homenagem ao Dia Internacional das Mulheres. Compreendeu que é fundamental que  
887 o CNDH sustente essa discussão e afirmou que o plenário pode ter certeza de que os

888 encaminhamentos necessários serão realizados. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa informou  
889 que os ofícios já foram encaminhados pela presidência e submetidos e aprovados no primeiro dia de  
890 reunião e o Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros compreendeu que é plenamente possível  
891 que as comissões façam os seus expedientes para buscar informações com o propósito de preparar  
892 um encaminhamento ao plenário, entretanto, destacou que qualquer manifestação em nome do  
893 CNDH compete a uma decisão do pleno. Registrou que não conseguiu identificar o convite para a  
894 reunião da Comissão de Defensores. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos registrou  
895 os seus agradecimentos aos Conselheiros Dinamam Tuxá, Lucileine da Silva Souza e Dra. Márcia  
896 Regina Ribeiro Teixeira e a Sra. Raquel pela elaboração conjunta da nota. O Conselheiro Herbert  
897 Borges Paes de Barros retificou a informação anterior, relatando que receberam o convite para a  
898 reunião da Comissão dos Defensores Públicos, mas houve dificuldades de participação. O  
899 Conselheiro Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá afirmou que todos os convites  
900 foram enviados, inclusive, com pendência de confirmação da participação e informou que os  
901 encaminhamentos deliberados no âmbito da Comissão foram com o propósito de reenviar os ofícios  
902 recebidos referentes às denúncias, sendo que estão enviando retorno aos denunciantes quanto às  
903 providências e respostas recebidas desses ofícios encaminhados. Solicitou que possa apresentar os  
904 pontos debatidos na reunião da Comissão quanto às denúncias na próxima reunião. O Presidente  
905 Yuri Michael Pereira Costa esclareceu que as decisões sobre pedidos de informações e contato com  
906 as entidades que provocaram podem ser enviados à presidência para os devidos encaminhamentos.  
907 Finalizados os itens de pauta, passou-se ao **Item: Conclusão e Encerramento do 2º dia da 16ª**  
908 **Reunião Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa.** O Presidente Yuri Michael Pereira  
909 Costa registrou o seu agradecimento à participação de todos, finalizando a reunião com a uma  
910 saudação especial às mulheres do CNDH.